



# Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**ERRATA:**

INCLUA-SE na Ordem do Dia do D.A. nº 43, de 18.04.96, o seguinte:

FEDERAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 059/96.

**2ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª. LEGISLATURA**  
**ATA DA 30ª. SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1996**  
**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Nelvo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Felinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rery Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

Mensagem:

MENSAGEM Nº 039/96

Curitiba, 22.04.96.

Senhor Presidente.

Submeto à consideração dessa Casa, no uso da competência que me é outorgada pelo art. 87, inciso IV, da Constituição Estadual, o projeto de lei em anexo, que visa dotar o Estado do Paraná de instrumento capaz de gerar recursos adicionais necessários para alavancar os investimentos públicos no âmbito de nosso território.

Sem dúvida, a aprovação da Lei 11.253, de 21.12.95, que autorizou a negociação de parte das ações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, iniciou a retomada de investimentos públicos necessários ao desenvolvimento do Estado.

Entretanto, a aprovação da criação da empresa ora proposta completará os mecanismos necessários para aumentar a capacidade de geração de recursos, inclusive com a emissão de debêntures lastreadas por ações utilizadas na integralização do capital social da empresa, constituindo-se num instrumento de valorização da cotação das ações da COPEL e de outras empresas junto às Bolsas de Valores. Assim, a alienação das referidas ações ocorrerá de forma gradual e sem uma forte pressão de venda, resultando em maior liquidez desses títulos.

Sabemos que os Recursos do Tesouro são insuficientes para viabilizar empreendimentos na geração de novas oportunidades de trabalho, renda e na melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Por outro lado, o Estado detém um apreciável patrimônio, constituído por ações de empresas. O que pretende é utilizar parte desse patrimônio, sem comprometer a manutenção do controle acionário do Estado e com os recursos adicionais, para executar projetos voltados a:

- I - aplicações em atividades produtivas;
- II - investimentos que gerem efetivo aumento da receita tributária para o Estado;
- III - geração de empregos;
- IV - preservação do patrimônio reinvestido;
- V - atração de capitais para investimento no Estado, ou
- VI - investimentos na infra-estrutura.

Este projeto, semelhante ao adotado em outras unidades da Federação, passa necessariamente pela criação da empresa ora proposta, vinculada ao Estado, capacitada a captar recursos financeiros lastreados por ações de empresas de sua propriedade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a constituir uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima, denominada de Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba e com capital social no valor de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).

Art. 2º - O Capital Social da Empresa será dividido e limitado a 900.000 (novecentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim subscrito:

I - O Estado do Paraná fica autorizado a subscrever até 899.900 (oitocentas e noventa e nove mil e novecentas) ações, no total de até R\$ 899.900.000,00 (oitocentos e noventa e nove milhões e novecentos mil reais), podendo para tanto integralizá-lo em dinheiro, títulos financeiros ou valores mobiliários, inclusive ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) da COPEL e de outras empresas controladas pelo Estado do Paraná, desde que autorizado em lei e que não impliquem na perda do seu controle acionário;

II - A BANESTADO S.A. Informática - FLSA, subscreverá 100 (cem) ações no total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), integralizando-as em dinheiro no ato da subscrição.

Art. 3º - A empresa Paraná Investimentos S.A. terá por objeto a geração de recursos para o Tesouro do Estado, destinados a investimentos no território paranaense, podendo para tanto valer-se de todos os instrumentos de captação de recursos disponíveis no mercado financeiro, compreendida a emissão de obrigações que serão garantidas pela caução de títulos ou valores mobiliários, inclusive a sua transformação em ações utilizadas na integralização do seu capital.

Parágrafo Único - O Tesouro do Estado, na aplicação dos recursos a que se refere o presente artigo, observará as seguintes condições, de forma isolada ou cumulativa:

I - aplicações em atividades produtivas;

II - investimentos que gerem efetivo aumento da receita tributária para o Estado;

III - geração de empregos;

IV - preservação do patrimônio reinvestido;

V - atração de capitais privados para investimentos no Estado;

VI - investimentos em infra-estrutura;

ou

VII - investimentos na área energética.

Art. 4º - A empresa Paraná Investimentos S.A. terá também como objetivo complementar, o de propiciar, quando for o caso, condições ao Tesouro Estadual para administração da dívida pública do Estado do Paraná, visando ao alongamento de prazos e a redução dos custos das obrigações, utilizando-se de mecanismos próprios.

Art. 5º - A administração social da Empresa será exercida por um Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado do Governo e Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, presidido pelo primeiro, e por uma Diretoria composta por dois membros, com competência a ser fixada em Estatuto Social.

Art. 6º - A Empresa não disporá de quadro de pessoal próprio, excetuados os cargos de direção, podendo, entretanto, para consecução de seu objetivo social, contratar serviços de terceiros e celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública estadual.

Art. 7º - O Estatuto Social da Sociedade, elaborado com base na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo das restrições e de disposições de normas de regência, será discutido e aprovado na Assembleia Geral de constituição da empresa.

Art. 8º - Para efeito do disposto nos artigos 3º e 4º desta lei, a Empresa poderá efetuar a redução de seu capital social mediante o resgate das ações de sua emissão em poder do Tesouro Estadual, que classificará tais recursos como Receita de Capital, proveniente de Devolução de Capital Subscrito.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as adaptações orçamentárias decorrentes da implementação da presente lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, FEQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Raimundo Comunelo, ocorrido no dia 19 próximo passado, em Manoel Ribas-PR.

Fequer ainda que do preente se dê ciência à esposa, Senhora Maria Gheller Comunelo, e família, através de correspondência a ser encaminhada àquele Município.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, FEQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Vereador Antonio Zorzan, ocorrido no dia 20 de abril de 1996, da Cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) DUILIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente um grave acidente automobilístico ceifa a vida do Vereador Antonio Zorzan. Toda a população consternada chora a morte prematura do grande líder da comunidade de Nice e de Assis Chateaubriand.

Homem esforçado, corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

Líder incontestado, sempre teve seu trabalho reconhecido pela comunidade, elegendo-o vereador por duas vezes.

Deixa viúva, três filhos e toda uma população de luto.

A Assembléia Legislativa do Paraná se associa à dor da família enlutada e da população de Assis Chateaubriand, transmitindo suas condolências à viúva e filhos.

#### REQUERIMENTO N° 1125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, FEQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do Maestro Sebastião Lima ocorrido em 31 de março/96, nesta Capital.

Fequer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 77 anos faleceu, nesta Capital, o Maestro Sebastião Lima.

O extinto deixou viúva Dona Maria Gonçalves Lima e deixou os filhos: Vera Lúcia Gonçalves Lima e Sergio Gonçalves Lima e quatro netos.

O passamento do compositor, músico e poeta, produtor e apresentador, Sebastião Lima, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Sebastião.

Sebastião Lima era natural de Miraf-MG; viveu boa parte de sua vida na Cidade de Ubá-MG, de onde transferiu-se para a Cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente para Curitiba.

Oficial da Reserva da Aeronáutica e maestro militar, também se destacou como jornalista criando e produzindo a Revista dos Municípios.

Entre tantas músicas, compôs: "Marcha das Enfermeiras", gravada por Dircinha Batista; "Três Palhaços na Berlinda", gravada por Ataulfo Alves; "Amei um Bicheiro", gravada por Eliane e Adelaide; "Brasil Brasileiro", gravada por Carlos Galhardo e "Eu tiro o leite", por Bob Nelson.

Produziu e apresentou, nos anos 50, programas de auditório nas Rádios PRB-2 e Marumbi: "Tudo é Música" e "Carrossel de Atrações", novidade à época, em Curitiba.

Sempre dedicado à música, compôs hinos de diversos clubes de futebol, entre eles do Coritiba e mais recentemente do Paraná Clube.

A Cidade de Curitiba, dedicou uma música intitulada "Curitiba Cidade Sorriso". A Poca Maldita, que sempre frequentou, também dedicou música sob o mesmo título.

A vários municípios do Paraná e de Minas Gerais, emprestou seu talento na composição dos hinos oficiais desses municípios.

Em significativa cerimônia, em nossa Capital, foi admitido como sócio do Centro de Letras do Paraná, em reconhecimento pelos serviços culturais prestados nos mais diversos segmentos da criação intelectual.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Sebastião Lima e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lima endereçando a ela,

voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata voto de pesar pelo falecimento do Sr. Airton Garcia da Silva, Vereador do Município de Santa Lúcia-PR, ocorrido ontem, dando-se ciência deste requerimento à Sra. Nilza Garcia da Silva, a/c da Prefeitura Municipal, à Rua Orlando Luiz Zampronio, 19 - CEP: 85.792-000, Santa Luzia-PR.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Vereador pelo PMDB, em Santa Lúcia, no Oeste do Estado, Airton Garcia da Silva, de apenas quarenta anos de idade, era casado e pai de três filhos. Na madrugada de hoje, foi encontrado morto, nas proximidades de sua residência, brutalmente assassinado com três tiros, cuja autoria permanece ainda obscura.

Evidencia-se, mais uma vez, o crescimento da violência que vem tomando conta do país, ceifando prematuramente vidas de pessoas honradas e deixando famílias ao desamparo.

Este requerimento, além de prestar uma homenagem póstuma ao nobre companheiro tragicamente desaparecido, pretende ser um grito de alerta no sentido de sensibilizar os poderes públicos para que urgenciem as providências visando coibir tais atos de brutalidade e dar segurança à sociedade.

REQUERIMENTO N° 1114

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo este subscreve, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência expor para no final REQUERER, o seguinte:

MOÇÃO DE APLAUSO

Em nome do jornal "Jornal da Manhã", com circulação na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, em razão deste periódico estar publicando em suas páginas fotografias das crianças desaparecidas em nosso Estado, bem como colocando seus telefones e préstimos à disposição dos familiares das crianças e de possíveis informações.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O jornal nominado por muitos anos vem prestando relevantes serviços à cidade supra nominada, bem como os componentes dos Campos Gerais e ao nosso Estado do Paraná. E seus diretores, tomando conhecimento de

projeto de lei de minha autoria, que ora tramita nesta Casa de Leis que solicita que o Exmo. Senhor Governador via Secretaria de Comunicação determine a veiculação em todos os jornais de nosso Estado, a atual atitude do referido jornal, a esta antecipou-se, no intuito de colaborar e prestar este relevante serviço.

REQUERIMENTO N° 1122

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Município de Pirai do Sul, pela comemoração de seus 50 anos de existência.

Cidade onde o povo está atento aos principais acontecimentos e fazem de Pirai do Sul uma grande casa, onde habitam, trabalham e acreditam em sua prosperidade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Município de Pirai do Sul, em nome do Prefeito Municipal, Sr. Marcelo Z. Milleo e de todos os municípios, à Praça A. Domingues, 34 - Pirai do Sul-PR, CEP: 84.240-000.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Empresa BRAFER Construções Metálicas S/A, em Araucária, pela comemoração dos 20 anos de existência, ocorrida no dia 19 de abril.

Requer, ainda, que desta manifestação seja dado conhecimento ao Senhor Marino Garofani, Diretor-Geral da referida empresa, situada à Avenida das Araucárias, 40 - Centro Industrial de Araucária - Caixa Postal 77 - CEP: 83.707-000 - Araucária-PR.

Sala das Sessões, em 23.04.96.

(a) ALRANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

A BRAFER Construções Metálicas S/A, instalada no Município de Araucária, comemora 20 anos de trabalho, na área de fabricação de estrutura metálica, contribuindo significativamente para a economia do Paraná, se destacando hoje entre as melhores empresas brasileiras do ramo.

Iniciou suas atividades em 19 de abril de 1976, com um escritório apenas de criação de projetos. Já em 1977, pela pressão dos clientes, começou a coordenar esses projetos e como consequência natural, passou a fabricar.

Atualmente, a BRAFER elabora o projeto, fabrica e monta as estruturas metáli-

cas, atendendo as indústrias do ramo automobilístico, metalúrgico, de cimento, celulose e os supermercados. Nestes 20 anos de atividade, está completando sua 1.035ª obra, entre os quais podem ser destacadas a Ópera de Arame, a reforma do Mercado Municipal, o novo Aeroporto Afonso Pena e a Catedral de Ponta Grossa.

Emprega 270 funcionários diretos e fabrica 400 toneladas de estrutura metálica por mês. Buscando o que há de melhor em tecnologia que se aplica ao setor, a BRAFER investe na qualidade de seus projetos. Recentemente inaugurou uma fábrica de galvanização a fogo, com uma das instalações mais modernas do País.

É, pois, de inteira justiça a homenagem que ora pleiteamos.

#### REQUERIMENTO Nº 1127

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão de votos de congratulações à Sra. Etelvina Maynardes Lopes - pelo transcurso nesta data 22.04.1996 do seu 101º (centésimo primeiro) aniversário.

Por ocasião do seu centésimo aniversário ocorrido no dia 22.04. 1995, o escritor imortal paranaense Túlio Vargas, biografou-a na sua coluna Porta-Retrato na Gazeta do Povo, dizendo:

"Etelvina Maynardes Lopes"

"Centenária, útil e sadia, ela projeta a luz da experiência do cimo de uma montanha que poucos conseguem atingir.

Cercada de 3 filhos, 1 enteado, 21 netos, 33 bisnetos e 7 tetranetos, ela alcança este ano, o centenário de nascimento. Lúcida e ativa, fez a longa travessia do século, vivendo as alegrias e dissabores de uma existência fecunda. Testemunha das transformações vividas pela sociedade do seu tempo, presenciou acontecimentos marcantes: a invenção do automóvel, do cinema falado, do rádio e da televisão, a era da informática, o ciclo de guerras e revoluções, a queda de impérios, de ídolos e mitos, que alteraram o curso da história da humanidade.

Guardou sempre em meio a esse turbilhão de crises periódicas, a fé inabalável nos princípios cristãos e a crença nos valores imanes, que recolheu das lições dos primeiros missionários evangélicos, Georges Landes e George Bickerstaph, depois robustecia pela influência dos reverendos Matatias Gomes dos Santos, Coriolano Dias de Assunção, Virgílio Salmon Júnior e Osvaldo Emrich entre outros servos do Senhor.

De origem humilde, nascida dia 22 de abril de 1895, na Fazenda das Cinzas, Mu-

nicipio de Jaguariaíva, encontrou muito cedo a orfandade. A mãe, Benedita da Conceição Galvão de Mello, faleceu repentinamente. O pai, Francisco Maynardes, fazendeiro e tropeiro, em constantes viagens pelos caminhos das tropas, entregou-a aos cuidados do tio Ribiano Maynardes, no Município de Pirai do Sul, confiando-lhe a educação da época.

Iniciava-se numa permanente peregrinação pelas casas dos parentes. Viveu a maior parte da juventude na Fazenda do Tabor com a irmã Honorata, casada com o fazendeiro Justiano Carneiro Lobo, perto de Castro.

A etapa seguinte foi em São Paulo, onde a abrigou o tio Virgílio Maynardes. Mudando-se a família para Rotucatu, no interior daquele Estado, cumpriu ela profissão de fé, em 2 de novembro de 1918, na Igreja Presbiteriana daquela cidade.

A vida quase nômade na zona rural não lhe permitiu a oportunidade de um projeto escolar. Devotou-se no estudo da Bíblia. Hauriu sabedoria e desenvolveu as virtudes da tolerância, bondade e solidariedade. Das prendas domésticas que cultivou com esmerado capricho, tornou-se excelente costureira. Implantou, mais tarde, em Pirai do Sul, escola de corte e costura para encaminhar outras mulheres nesse ofício digno.

Ao regressar ao Paraná, em 1919, contraiu matrimônio com o espanhol Antônio Lopes Camanho, no ano seguinte. Ele viúvo, tinha as filhas Hercília, Otília e Dolores, que haviam estudado com o Professor Alfredo Dias e conheciam, profundamente, o evangelho.

Isso facilitou a integração espiritual da família, que foi enriquecida de novos membros: Loide, Rubens, Ione, Jessé e José.

Durante dez anos Etelvina presidiu a sociedade Auxiliadora Feminina da Igreja Presbiteriana de Pirai do Sul e deu enorme contribuição ao crescimento do presbiterianismo naquela cidade.

Enviuvando em 1945, transferiu domicílio para Curitiba. Não interrompeu seu esforço em favor das causas e programas de evangelização. Como resultado dessa abnegação, foi eleita pela SAF da Igreja Tinguí "símbolo da mulher presbiteriana".

Magdalena Léa, no seu livro - "Quem tem medo de envelhecer?" lembra belas cabeças de idosos. Joaquim Nabuco, Goethe, Hemingway, Silva Mello, Marie Sklodowska Curie, o célebre Madame Curie que, como disse sua filha e biógrafa Eva Curier, em sua mocidade tinha apenas um rosto agradável, mas foi com o passar dos anos que adquiriu traços de uma beleza espiritual, como que lapidados pela nobreza de sentimentos. "Uma bela jovem é obra da nature-



za, mas uma bela pessoa idosa é uma obra de arte. Obra da arte de viver".

Assim tem sido o seu itinerário existencial. Uma lição de vida.

Um incessante recomeço. Com o poder da fé vem se renovando de tal forma que, dela não se poderá afirmar uma pessoa velha, mas rica em anos.

Com certeza, ao recorrer à memória e relembrar a infância sofrida, os transe de uma vida atribulada pelos infortúnios, mas igualmente bafejada por bênçãos, ela se convencerá de que valeu a pena atravessar esse mar encapelado.

"Para Dostoiévski o que importava era viver. Mesmo na desgraça seus personagens louvam a vida. Vida é prêmio. E envelhecer representa uma vitória. "Centenária, útil e sadia, ela projeta a luz da experiência do cimo de uma montanha que poucos conseguem atingir. Exemplo de energia e riqueza interior".

Assim, pelo exemplo de vida e dedicação dessa matriarca carinhosa, solidária, amorosa e forte, nesta data do seu Centésimo Primeiro Aniversário, através do presente, este Parlamentar irmana-se com seus familiares e amigos homenageando-a e parabenizando-a.

Contando com o apoio dos nobres Pares para o requerido, do aprovado, requer seja comunicada a Sra. Etelvina Maynardes Lopes, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 846 apt. 501 - CEP: 80.430-180 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 23.04.96.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO Nº 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Osternak, os quais solicitam a instalação de um telefone público dentro da Lanchonete e Confeitaria Lebistrot, localizada na Rua Jardim Olinda, ao lado do nº 133, no Moradias Jequitibá - Sítio Cercado. Afirmam os moradores que existe um telefone no Supermercado Santa Luzia, as filas são enormes e diante da grande confusão que lá se forma, o proprietário desse supermercado vai pedir para que o mesmo seja dali retirado. Muitas pessoas utilizam-se do telefone e é necessário outro telefone para atender a comunidade. Como muitas vezes esse e outro telefone público que está instalado a mais ou menos 400 (quatrocentos) metros encontram-se com defeito, os moradores precisam ir de ônibus para o Boqueirão ou Jardim Paranaense para efetuarem suas ligações. A situação merece

ser analisada pela TELEPAR e solucionada o mais breve possível, motivo pelo qual solicitam um outro telefone que fique instalado dentro do ponto comercial indicado e desta forma evitar os constantes transtornos que vêm ocorrendo a toda população.

Sala das Sessões, em 23.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1117

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda, solicitando estudos e providências para a inclusão do queijo na cesta básica, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.96.

(aa) MILTINHO PUPPIO

ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná apresenta alta produtividade na área de laticínios, incluindo o queijo.

Atualmente a comercialização do referido produto, no Estado, encontra dois obstáculos de acentuada importância: a importação promovida pelo Governo Federal e a taxa de 17% (dezessete por cento) de ICMS no Estado do Paraná.

Com a inclusão do queijo na cesta básica o ICMS passa a ser de 7% (sete por cento), além de ser um alimento de elevado valor nutritivo.

#### REQUERIMENTO Nº 1118

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de reiterar o pedido feito pelo morador do Conjunto Residencial Pirineus II, localizado na Rua Sete nº 73, o qual, através de nosso requerimento LCM/AL/10.916/96 datado de 22/01/96, solicitava a instalação de um telefone público dentro desse conjunto. Afirma ele que o seu pedido ainda não foi atendido e como o Conjunto Residencial localiza-se longe do terminal, onde existe um telefone público, todos os moradores sentem muitas dificuldades quando necessitam efetuar ligações urgentes.

Pede ele que o seu pedido seja analisado o mais breve possível pela TELEPAR, uma vez que toda a comunidade está sendo prejudicada com a falta desse serviço de utilidade pública tão importante a todos.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1120

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Paranaguá, no sentido de atender aos proprietários de casas no Balneário Shangri-lá, os quais solicitam a abertura do Canal da Avenida na extensão da ponte até o final da rua Balneário Shangri-lá.

Pedem eles que o pedido seja atendido pois beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1123

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de pais de alunos do Colégio Estadual Guaíra, localizado na Rua Chile esquina com Lamenha Lins, tendo em vista ser um local muito movimentado pondo em risco de acidentes os alunos desse colégio, pois a dificuldade de cruzar a rua é muito grande.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração, as seguintes informações, no que se diz respeito a contratação de empresa para fazer exame admissional dos professores:

- Quantas e quais empresas participam da licitação?
- Qual a vencedora e sobre qual critério?
- Cópia do contrato.

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 1132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente, ao Sr. Ramiro Wahraftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre o processo de contratação da empresa que fará o Seminário da Secretaria de Estado da Educação, para os professores em Faxinal do Céu.

- Quantas e quais empresas, retiraram cópia do edital da licitação?
- Quais apresentaram proposta?
- Qual foi a empresa vencedora e quais os

critérios usados?

- Se o critério foi somente técnico, especificá-los.
- Houve algum recurso administrativo de ação judicial de alguma empresa em relação a este processo?
- Se houve ação judicial qual o seu número e em que Vara está tramitando?
- Cópia do contrato assinado entre a empresa contra e a SEED.

Além destes solicitamos:

- Por que tal ou tais Seminários não são feitos através dos próprios professores das instituições de ensino superior do Estado?
- Qual o montante que será dispendido para tais seminários orçamentária (rubrica)?

Sala das Sessões, em 23.04.96

(a) DOUTOR ROSINHA

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 146/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica assegurado aos diabéticos carentes do Estado do Paraná, o fornecimento de insulina, seringa para sua aplicação, anti-diabéticos orais, reagentes para exames, tiras reagentes para exames de controle domiciliar, adocante e material de informação quanto ao controle da doença.

Art. 2° - As despesas decorrentes da implementação desta lei, correrão por conta da dotação orçamentária a ser incluída no orçamento anual do Estado do Paraná.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias da sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.96.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Independentemente de seu grau de desenvolvimento, inúmeros países vêm, nos últimos anos, reconhecendo o diabetes como um problema de saúde pública. Além disso, a importância do diabetes como problema de saúde está crescendo, tanto em virtude do aumento de sua prevalência e incidência, como das suas repercussões sociais e econômicas, traduzidas pelas mortes prematuras, absenteísmo para o trabalho, como pelos custos associados ao seu controle ou ao tratamento de suas complicações.

Sobre a importância do diabetes como causa de óbito na população brasileira, estudos recentes vêm mostrando resultados



indicativos de aumento na frequência com que a doença figura nas estatísticas de mortalidade, tanto como causa básica ou contributória, especialmente associada a doenças cardiovasculares e cérebro-vasculares.

Ao falar-se da importância do diabetes como problema de saúde, não deve ser considerada apenas seu papel na mortalidade, mas, também, na morbidade. As chamadas complicações crônicas da doença, principalmente os acometimentos ocular, renal e vascular, são causas frequentes de invalidez precoce. As manifestações agudas e crônicas do diabetes são motivos comuns de hospitalização acarretando alto consumo de leitos ou absenteísmo ao trabalho, causando, muitas vezes, dificuldade na obtenção de emprego.

Dados estatísticos dos Estados Unidos, onde a prevalência de diabetes é semelhante à nossa, apontam-no como o responsável por um aumento de 17 vezes na probabilidade de desenvolver insuficiência renal e de 40 vezes na de sofrer amputação de membros inferiores, em relação a população geral.

Os dados apresentados evidenciam claramente a tendência do aumento da prevalência do diabetes em direção às regiões Sudeste e Sul, ou seja, as mais industrializadas.

A média geral encontrada nas nove capitais brasileiras (7,6%) é pouco superior à observada na população dos Estados Unidos da América, que é de 6,6%, onde o diabetes é considerado um problema de saúde pública. Vale a pena ressaltar que a magnitude da prevalência do diabetes desse país norte-americano foi superada pelos resultados das cidades do Rio de Janeiro (7,4%); São Paulo (9,66%) e Porto Alegre (8,89%).

A população brasileira atual é estimada em cerca de 150 milhões de habitantes. Tendo por base os dados do IBGE, referente ao censo de 1980, inferimos que 66,5% dos indivíduos estão abaixo dos 30 anos de idade; 31,0% na faixa de 30-69 anos e 2,5% com 70 anos ou mais.

Extrapolando-se os resultados encontrados na população urbana das cidades estudadas, para a população geral brasileira, conclui-se que devem existir cerca de 4.500.000 diabéticos no país, dos quais aproximadamente 450.000 em uso de insulina (todos aqueles com menos de 30 anos de idade e 7,9% dos demais). Além disso, estima-se que em torno de dois milhões de indivíduos desconhecem a sua condição de diabético, e que provavelmente, muitos serão identificados ao apresentar uma complicação crônica e irreversível da doença.

Esses fatos tornam evidente a necessidade de estudos, tanto sobre a mortalidade dos diabéticos no nosso meio, principal-

mente na faixa estaria abaixo dos 30 anos, como sobre a eficiência do sistema de distribuição de insulina na rede pública.

O Censo Nacional de Diabetes, cujas fases iniciais de planejamento ocorreram em 1985 e que têm parte de seus resultados publicados neste momento, foi um trabalho de grande envergadura, onde participaram de forma integrada, dezenas de indivíduos das mais diversas áreas profissionais, de diferentes instituições universitárias e da rede de serviços, e que recebeu apoio governamental, de duas sociedades científicas, de diversas universidades e de organismos nacionais e internacionais de financiamento de pesquisas.

A proposta encontra apoio na "Carta de Intenções Latino-Americana para Educação em Diabetes" elaborada por profissionais de diversos países da América por ocasião do 4º Encontro Nacional de Educação em Diabetes, e pela Declaração de St. Vincent publicada no boletim Da International Diabetes Federation e elaborada pelo Grupo de Trabalho Europeu da Organização Mundial de Saúde e Conselho Regional Europeu da International Diabetes Federation, nas quais se reconhecem os direitos do paciente diabético e se assinala também qual é o seu papel dentro da visão global do tratamento.

Em um dos parágrafos da Carta de Intenções se afirma que o Governo, dentro da sua atuação deveria garantir o fornecimento gratuito de insulina, antidiabéticos orais, reagentes para exames, adjuvantes e material de informação para diabéticos carentes.

Na verdade, ao garantir este material de apoio o Governo não estaria promovendo gastos extras, e sim economizando dinheiro, pois segundo o I.D.C. (International Diabetes Center) de Minneapolis - EUA, demonstra claramente que, ao investir 1 dólar na educação do paciente estaria se economizando 6 dólares no tratamento, pois assim o paciente estaria se internando menos, estaria diminuindo suas visitas ao Pronto Socorro e, ao reduzir ou retardar as complicações como cegueira e a amputação de membros, estaria evitando gastos elevados perfeitamente previsíveis, além de melhorar a qualidade de vida destes pacientes, resultando em grande impacto social (evitando incapacitações, aposentadorias precoces, faltas no trabalho, etc).

Por fim, a "Carta de Intenções Latino-Americana para Educação em Diabetes", prescreve princípios universais que devem ser observados para a efetiva educação no tratamento do Diabetes Mellitus (DM) e a convivência pacífica e harmoniosa dos diabéticos na sociedade.

Com base nestes fundamentos, peço a compreensão e o apoio dos nobres Pares pa-

ra a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI N° 147/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam isentas de pagar a taxa de inscrição em concurso público estadual as pessoas que comprovarem ter doado sangue.

Parágrafo Único - A isenção de pagamento terá validade por um período de 06 (seis) meses após a data efetiva da doação de sangue.

Art. 2° - A comprovação a que se refere o artigo anterior será feita, através da apresentação da Carteira de Doador Universal de Sangue, ou documento congênere, junto aos hemocentros.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo aumentar consideravelmente o número de doadores de sangue no Estado, visando atender a demanda crescente nesta área.

É por todos conhecido que a doação de sangue é ato humanitário de inegável importância. Contudo, são poucas as pessoas conscientes deste fato capaz de salvar inúmeras vidas.

É necessário haver uma melhor política para fomentar o interesse das pessoas em doar seu sangue àqueles necessitadas de transfusão imediata. A dificuldade que têm as instituições hospitalares para encontrarem doadores de sangue em situações de emergência é notória e trágica, a ponto de colocarem em aviso de utilidade pública desesperado comunicado chamando doadores de sangue pela TV. Muitas vezes, essas mesmas instituições sequer possuem em seus estoques a quantidade suficiente de sangue para fazer uma única transfusão, levando a consequências funestas.

Assim sendo, por entendermos ser a nossa medida justa e necessária, esperamos poder contar com o devido apoio dos Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 148/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Profissionalização da Criança e do Adolescente Dom Bosco, no Município de Xambrê.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

Curitiba, terça, em 23.04.96

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede no Município de Xambrê, à Rua Manoel de Moraes, s/n, foi constituída sob forma de sociedade civil sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, sem distinções raciais, políticas, religiosas e condições sociais.

O Instituto Dom Bosco foi organizado com o objetivo de atender e amparar as crianças e adolescentes visando prepará-los profissionalmente, ensinando-lhes uma profissão com aperfeiçoamento cultural, moral e religioso, de forma a torná-los elementos úteis na sociedade e no país. Além da parte de aprendizagem profissional, a entidade também se preocupa com o reforço escolar das crianças e adolescentes, bem como, sua formação religiosa.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei n° 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho da entidade em favor da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Se as galerias se manifestarem, vou mandar evacuar as galerias.

Sessão suspensa por 10 minutos, até que as galerias se comportem como gente.

(Sessão suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Se as galerias continuarem a se manifestar, os representantes dos professores não vão falar na sessão de hoje.

Há duas solicitações para que se fale em nome da Associação das Cooperativas do Estado do Paraná, e dos professores.

Como os professores estão bem comportados, concedo a palavra em primeiro lugar aos professores.

Com a palavra o Professor Mário Sérgio.

O SR. MÁRIO SÉRGIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, caros companheiros professores, a nossa fala nesta Casa é para explicar ao Plenário da Assembléia Legislativa, qual é a proposta dos professores do Paraná e o que é que nós estamos em desacordo com a proposta do Governo do Estado, neste momento.

O Plano Decenal fechado com todos os governadores e secretários de educação em 1994, estabelecia que para concluir a Constituição Federal, que estabelece o pi-

so nacional profissional do magistério, que é baseado na arrecadação do Estado, na arrecadação dos municípios e os 25% do Estado e os 25% do município e, no mínimo, de 9% de arrecadação federal para compor então o piso nacional do salário.

Este piso hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Professores, por quarenta horas semanais, com 50% de horas-atividades pedagógicas, isto é, o professor trabalha, faz um contrato de quarenta horas, trabalha vinte horas em sala de aula com o aluno e vinte horas fora da sala de aula, preparando provas, corrigindo os trabalhos e fazendo uma avaliação dos seus alunos, a auto-avaliação do seu trabalho e estudando. Isso acontece em todos os países civilizados do primeiro mundo, inclusive, do terceiro mundo e em todos os estados do Brasil, com exceção do Estado do Paraná, as horas-atividades.

Nosso estatuto hoje é de vinte horas, então os quinhentos e cinquenta reais para o professor iniciante de carreira do magistério, por dez horas em sala de aula e dez fora, seria de duzentos e setenta e nove reais, então aproximadamente três salários mínimos, que sempre foi o nosso piso até o governo passado.

A outra proposta da categoria é sobre a questão da regência de classe, que é a gratificação que o Professor recebe para ficar em sala de aula, desenvolvendo o seu trabalho. Todos os estados possuem isso, para garantir que o Professor, que desempenha uma atividade considerada penosa pela Organização Mundial de Saúde, possa desenvolver esse trabalho com maior tranquilidade, principalmente, sabendo que, ele, trabalhando com quatrocentos alunos, em média, por dia, estará recebendo mais que aquele Professor que está exercendo funções burocráticas, fora da sala de aula.

A outra questão da nossa tabela de vencimentos, é que nós conseguimos, após muitas lutas, que é do conhecimento de toda a população paranaense, uma tabela de vencimentos de cinco níveis. E esses cinco níveis começam no PA-1, para o PD-2 é 15% de diferença; do PD-2 para o PC-3 é 20%; do PC-3 para o PD-4 é 15%; do PD-4 para o PI-5 é 15%.

A proposta dos professores paranaenses é de que se permaneçam esta tabela e se acrescente o nível 6 para quem tem licenciatura plena; o nível 7, para especialização; e o nível 8, para mestrado e doutorado. Esta proposta, além de garantir que os professores, que iniciam a carreira tenham uma progressão por avaliação do seu desempenho e por tempo de serviço, garante em que a diferença do menor salário da tabela e o maior e o vencimento final, é de 197%. esta diferença, isto é, não chega a vinte vezes a diferença.

A outra questão que colocamos é que a proposta da APP está tentando garantir que esse percentual seja estendido para todos os professores da ativa e também aos aposentados, para o nível 6, nível 7 e nível 8.

A proposta que nós estamos deixando clara para os Deputados, então, é que a proposta do governo não atende a requisito principal da manutenção da estrutura da tabela, porque ele incorpora a regência de classe e só na incorporação, do PA-1, ele incorpora no PC-3 e aí já há um achatamento de 7% na nossa tabela de vencimento.

Quando elimina os níveis de vencimentos A-1 e B-2, há novamente uma perda salarial de 13%. A outra questão é que há uma mensagem na proposta apresentada pelo Secretário da Administração e pelo Secretário da Educação para a área da APP, é que os professores da ativa não seriam enquadrados imediatamente na nova tabela, e os aposentados também nunca seriam enquadrados na nova tabela, ficaria então, com o seu salário congelado.

Após a Assembleia nossa, do dia 16, uma paralisação dos professores do Paraná, em que 92% dos professores paralisaram dizendo não a proposta do governo, é que nós conseguimos, através desta mobilização, com que o governo colocasse a proposta e chamasse a APP, dizendo que havia um erro técnico, que não era bem isso, não era o entendimento do governo sobre a proposta. E que o Secretário da Administração e da Educação estavam equivocados quando apresentaram a proposta.

Ontem, nós tivemos uma reunião informal da Casa Civil, com o Secretário de Educação, com alguns Deputados desta Casa, e mais três representantes da APP.

E ontem foi dito que o mérito é que todos os professores aposentados seriam enquadrados imediatamente a partir de abril nesta tabela, os professores na ativa também. Só que não quiseram discutir a permanência do PA-1, PB-2, a permanência da regência de classe, a criação da hora atividade e a criação do piso nacional dos salários, vinculando então com esta hora atividade. E as outras questões da categoria, como o HDT, a questão do IPE saúde dos professores, dos funcionários públicos. E ficou uma promessa, uma proposta de que a gente iria discutir esses outros itens após essa mudança na tabela.

E hoje, nós fomos fazer uma redação dentro da proposta do governo eu quero que os companheiros entendam que o governo não aceitou a nossa proposta até esse momento, e em cima da proposta dele, se propôs que nós fizéssemos uma redação para aprovar o mérito desta nova proposta que o governo está apresentando, que seria o enquadramento do pessoal aposentado, do nível 1 e

2, vai para o 3, o 3 vai para o 4, o 4 vai para o 5 e o 5 vai para o 6. Só que os professores que têm licenciatura plena, que têm especialização, não vão para o 7, e diz o Secretário Giovanni que é inconstitucional e há dúvida realmente na interpretação da Constituição.

A outra questão que foi colocada, é sobre a questão das aulas extraordinárias, que a mensagem também não deixava claro. Qual seria o valor dessas aulas extraordinárias? Então, essa redação nós fizemos hoje, terminamos ela meio-dia e meia e ficou ainda de passar pelo crivo do Chefe da Casa Civil Giovanni Gionédís e encaminhar imediatamente para esta Casa de Leis, para que nós possamos, amanhã, na Assembléia dos Professores no Colégio Estadual do Paraná, analisar essa nova proposta do governo e a continuidade ou não da nossa mobilização. E ainda falta uma promessa do governo sobre os outros itens, por escrito, confirmados, como nós vamos trabalhar essa questão.

Então, eu acho que é fundamental que os professores aqui presentes, os Senhores Deputados, comecem a entender a diferença de proposta e de outra, para nós vermos que os professores não estão sendo beneficiados com essa proposta do governo como sempre almejamos e principalmente na manutenção da regência de classe da estrutura de tabela com a criação dos níveis 6, 7 e 8. Eu passo a palavra do Professor Romeu para completar as informações.

O SR. ROMEU GOMES DE MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobres professores.

Só mobilizações nossa dos professores de todos os cantos do Paraná, é que têm garantido uma conversa com o governo, uma conversa que possa ser frutífera, e esse plenário lotado está nos garantindo audiência dos deputados para as questões tão graves da educação.

Esta mobilização dos professores, demonstra o quadro caótico em que chegou a educação. Os professores sentem-se no fundo do poço. O quadro de abandono que vem passando a educação o tem levado milhares de professores a abandonarem a carreira depois de 15, 20 anos de magistério, desiludidos. E quando o professor sai humilhado, cabisbaixo pela porta dos fundos da escola, entra pela porta da frente a ignorância.

O Governo Lerner que fala tanto em qualidade de ensino apresenta para nós no dia 29 uma proposta onde tem de tudo, menos qualidade de ensino preservada.

Ora, tirar a regência de classe que é uma condição de premiar aquele que está lá engolindo pó de giz na sala de aula, é desestimular o professor que está no seu lu-

gar preferido de trabalho, que é a sala de aula e se abrigar em qualquer outro canto do Estado, menos em sala de aula. Por isso pregamos tanto esta questão.

Há ainda um outro problema já tocado no passado pelo Mário que é a falta da hora atividade. No Estado do Paraná, o único Estado do Brasil onde temos o trabalho escravo do Professor, o professor que desenvolve em casa uma outra jornada maior do que desenvolve na sala de aula concretamente gratuita sem nenhum efetivo. Enfim, não vou entrar aqui nas inúmeras situações que todos já conhecer. Quero dizer, nesses poucos minutos que me restam, que a Mensagem que o Governo mandará para cá, ela tem que atender a esta expectativa desses valerosos profissionais que estão aqui, que eles sim, nós todos carregamos a educação nas costas. Tem que contemplar nos pontos que nós estamos batendo e que o Professor Mário apontou, para que a gente possa estabelecer uma possibilidade de acordo. Porque do contrário a Assembléia de amanhã do dia 24, que trará para Curitiba professores de todo o Estado, poderá, se não houver uma Mensagem para esta Assembléia que agrade e que contemple as nossas reivindicações, poderemos ir para uma greve por tempo indeterminado, porque os professores optaram que é melhor morrer lutando, do que morrer silenciosamente a cada dia no interior da sala de aula.

(Palmas)

Srs. Deputados que compõem a Bancada do governo pelo amor de Deus, parem de interpretar a educação como custo. Educação é um investimento. Se vocês acham que educação é caro, experimentem a ignorância.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Professores, autoridades que comparecem a esta Assembléia.

No dia de hoje a Assembléia Legislativa, sem sombra de dúvida, se engrandece pela postura de seu plenário e, em especial pela postura que vem adotando o nosso Presidente Anibal Khury, de abrir espaço democrático para que toda a sociedade organizada do Paraná possa se manifestar, colocando os seus pontos de vista, suas sugestões, suas necessidades e, evidentemente pedindo, clamando, solicitando e até exigindo dos Senhores Deputados posturas e posicionamentos acerca de suas reivindicações.

A exemplo dos Professores que nos visitam pelo dia de hoje, nós queremos também anunciar a presença neste Plenário da

nova diretoria da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná- OCEPAR, que vêm a este Parlamento para também, estreitar os laços amizade e de relacionamento que mantém com esta Casa e, acima de tudo colocar as propostas de trabalho que norteiam a gestão que ora é empossada à frente da Organização das Cooperativas do Paraná, fazendo que possamos, todos nós, termos através da OCEPAR, um trabalho efetivo em favor do setor produtivo, em favor da agricultura, da pecuária paranaense.

A Assembléia Legislativa através do Bloco Parlamentar Agropecuário, que temos a honra de presidir, e que temos nesta presidência a companhia do nosso Vice-Presidente Milton Puppio, além de outros treze Deputados participantes, e também a Comissão de Agricultura presidida pelo digno Augustinho Zucchi, temos sempre procurado o Bloco e a Comissão estarmos atentos aos anseios da agropecuária paranaense, mantendo estreito relacionamento com a OCEPAR, com a APS, enfim com todas as entidades ligadas com o setor produtivo.

Visita-nos hoje, o Doutor João Paulo Koslovski, Presidente eleito e empossado da OCEPAR;

Nos visita hoje também o Senhor Fábio Rosso, Presidente da COTRIGUAÇU;

O Doutor José Roberto Picken que é Secretário Executivo, isto é, Diretor Executivo da OCEPAR;

E o Jornalista Elói Setti, Assessor de Comunicação.

Então, convido o Doutor João Paulo Koslovski, Presidente da OCEPAR, a ocupar a tribuna e dirigir a sua mensagem aos Deputados, agradecendo mais uma vez a presença dos Senhores Deputados e o apoio que o Deputado Anibal Khury tem emprestado a essas entidades, a esse segmento da sociedade e, para que possam desta tribuna manifestar o seu pensamento e falar do trabalho que realizam.

Com a palavra o Doutor João Paulo Koslovski.

O SR. JOÃO PAULO KOSLOVSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de agradecer aqui em nome das cooperativas do Paraná, esse espaço cedido a OCEPAR para que, nós pudéssemos aqui, expor o que é realmente o cooperativismo do Paraná e a linha de atuação dessa nova diretoria que ora assumiu.

O cooperativismo do Paraná hoje tem 190 cooperativas, com faturamento acima de 4.5 bilhões de dólares.

É um segmento extremamente expressivo e que, tem aqui nesta Casa uma presença marcante sempre que nós precisamos do apoio dos Senhores Deputados.

Só para dar uma noção dessa expressão do cooperativismo, hoje são mais de um mi-

lhão e meio de paranaenses que dependem direta ou indiretamente do cooperativismo dentro das onze modalidades de cooperativas que temos no nosso Estado.

No setor agropecuário, se hoje o Paraná responde por 25% da produção agrícola do Estado, 60% dessa produção vem das cooperativas, cujo quadro social é composto de 85% de mini, pequenos e médios produtores.

Esses números evidenciam de uma forma incontestável a importância que tem o cooperativismo para o País e a diretoria que ora assume desenvolveu uma proposta de atuação em três frentes: uma dentro da linha interna onde já estamos discutindo desde o ano passado, um planejamento estratégico para o cooperativismo do Paraná.

Até junho deste ano vamos ter, nas diversas regiões que compõem os núcleos da organização, o planejamento do cooperativismo nesta região e um planejamento global para o cooperativismo dentro do Estado do Paraná.

A globalização econômica, essa condição imposta pela integração mundial nos impôs uma condição de reestruturar o sistema para enfrentar essa nova realidade e vencer esses desafios que se nos apresentam, principalmente em relação às integrações econômicas que estão ocorrendo no mundo todo.

E o cooperativismo não poderia ficar à margem desse processo e esse planejamento visa exatamente inserir o cooperativismo nesse novo contexto que estamos vivendo.

Um segundo ponto, dentro de uma linha de atuação interna é a constituição do Banco Cooperativo. Se nós, no setor rural, geramos 4,5 bilhões de dólares em termos econômicos anuais, nós temos condições de fazer com esse dinheiro gerado pelo meio rural gire em benefício do próprio agricultor e o Banco cooperativo será uma realidade no segundo semestre, desse ano e precisamos e muito, do apoio dos Senhores Deputados para que este Banco efetivamente venha a funcionar em benefício dos pequenos e médios agricultores do Estado do Paraná.

Dentro da segunda linha de atuação é a linha de representação onde estamos estabelecendo uma parceria muito importante com o Governo do estado no desenvolvimento de programas de interesse dos agricultores e também da população paranaense.

Estamos nos somando às entidades como FIEP, Associação Comercial, Federação do Comércio e outras entidades, no sentido de defendermos os interesses do Paraná e também dos cooperados que compõem as nossas cooperativas.

Na terceira linha de atuação, está o relacionamento com o Legislativo. Hoje fazer qualquer coisa no Brasil, é indispen-



sável e imprescindível a ação forte dos parlamentares na defesa dos segmentos que estão organizados ou que precisam se organizar e a nível federal, nós já temos a Frente Parlamentar da agropecuária com mais de 120 Deputados defendendo os interesses dos agricultores do país e recentemente foi reestruturada a Frente Parlamentar Cooperativista, também com mais de 100 Deputados, defendendo os interesses dos cooperados, e não poderia ser diferente nesta Casa que hoje temos a oportunidade de falar aos senhores.

Nós precisamos do apoio dos Senhores Deputados na defesa de uma série de projetos de interesse do Paraná, da população do Paraná e do cooperativismo.

Temos a reforma fiscal e tributária que está em processo de discussão a nível federal, onde a tributação da agricultura é uma situação que precisamos discutir a nível de Estado e temos um posicionamento político no sentido de levar às autoridades federais e ao Congresso Nacional o posicionamento do Paraná em relação a esta questão.

Temos dois projetos em tramitação sobre a reforma do Pro-Agro, seguro agrícola no meio rural. É imprescindível que a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Agricultura da Assembleia e do Bloco Parlamentar da Agropecuária, discutam juntos com a OCEPAR, com a FAEP, com a FETAEP e outras entidades que atuam nesse campo, as melhores alternativas porque os projetos que lá estão não atendem as nossas necessidades.

Queremos promover uma ampla discussão com a Comissão de Agricultura e o Bloco Parlamentar desses dois projetos levando à Brasília um posicionamento forte e firme dos senhores políticos aqui no Paraná.

Também temos que ter um posicionamento forte da Assembleia no fortalecimento do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Todas as questões de importância da agricultura passam pelo Conselho Nacional de Política Agrícola que hoje está praticamente, totalmente desestruturado, precisando de uma reestruturação. Nós precisamos discutir isto junto com a Assembleia e levar aos líderes dos diversos partidos que compõem esta Casa as propostas para reativação, a reformulação desse conselho para defender os interesses. A reformulação de alguns instrumentos de política agrícola como PGPM, política de garantia de preços mínimos, também é outro apoio importante que nós precisamos contar com o apoio dos Senhores Deputados.

Enfim, são tantas as questões, o algo-dão, cujo desemprego no Estado do Paraná nos últimos quatro anos atingiu a 155 mil pessoas é um assunto que nós queremos discutir com os Senhores Deputados para que

já no próximo ano poderemos ter uma política mais consistente e fazer com que este pessoal volte à terra.

Todas essas questões nós da OCEPAR queremos construir uma via de duas mãos, trazendo os anseios das bases para discutir dentro desta Casa, e quais são os melhores caminhos que nós devemos trilhar para solucionar os problemas que aí temos. E queremos nesta oportunidade, agradecendo o Deputado Orlando Pessuti que nos possibilitou esta participação, dizer que a OCEPAR está aberta, a nossa casa está aberta para qualquer momento sermos chamados a discutir qualquer assunto que envolva o cooperativismo. Nós precisamos criar uma parceria no sentido de junto, população e Assembleia Legislativa, discutir as grandes questões e buscar aqueles que sempre são os melhores para a nossa população paranaense e para nosso cooperado.

Agadeço aqui também ao Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Comissão da Agricultura, ao Presidente da Assembleia e a todos os senhores por terem possibilitado esta nossa participação aqui e colocando mais uma vez a OCEPAR à disposição de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, aproveitando o momento, eu gostaria de, além de também de estar solidário ao movimento dos professores, ao mesmo tempo dizer da alegria deles estarem aqui conosco, participando desta Sessão Plenária, onde V.Exa., mais uma vez, dá um verdadeiro exemplo para o nosso país de um verdadeiro democrata, fazendo com que todos participassem ativamente através da tribuna, eu gostaria neste instante de registrar a presença da Escola Estadual Procópio Ferreira Caldas, do Município de Pinhão, onde V.Exa. inclusive tem um nome político. Mais de quarenta alunos aqui presentes acompanhados dos professores Joel Martins, Geraldo Procoski, Jocelita e Laertes Martins. A presença dos professores e dos alunos do Município de Pinhão é também motivo de grande alegria para todos nós aqui nesta Casa...

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, subo à Tribuna nesta tarde na condição de Deputado do Partido dos Trabalhadores e Presidente da Comissão de Educação na Assembleia Legislativa, para saudar particularmente os professores do Paraná através da sua diretoria, a diretoria da APP Sindicato. No momento sombrio da história do nosso País em que os números da economia valem muito



mais do que a vida dos homens, e que fica cada vez mais claro uma dissociação entre a economia, a sociedade e a política e ocorre de forma profunda a mercantilização de todos os valores humanos onde a própria saúde, a educação, a moradia básica é mercantilizada de uma forma cruel, entendo que os professores do Paraná dão exemplo de dignidade e de luta destas galerias. Desde o momento em que assumi este mandato acompanhei as graves questões, que afligem a educação no Paraná e também todo o funcionário público. O ensino superior passa por gravíssima crise, Universidades estaduais correm o risco de fechar cursos importantes para a sua vida, o funcionário sofre o maior arrocho da sua história e a escola pública atravessa graves dificuldades, salas superlotadas, faltam carteiras, arrocho salarial, nós entendemos que vocês professores dão exemplo de luz neste mundo tão escuro que nós estamos vivendo. Acredito que foi apenas com a sua luta constante e as grandes assembleias, assisti no Círculo Militar alguns dias atrás, de manhã, uma assembleia com mais de 5.000 professores, tiveram caravanas dos mais longínquos locais do Paraná, aqui de Curitiba também uma grande presença, e esta luz faz com que o governo ceda, é verdade, cede um pouco graças a luta de vocês, mas talvez conseguido dar um exemplo para as outras categorias e nós possamos com a nossa luta inverter um pouco este quadro negro que se apresenta para todos nós. Ontem estivemos junto com os professores da APP Sindicato, professor Romeu, professora Natália, professor Mário Sérgio e outros Deputados junto com 3 Secretários de Estado e em função da luta de vocês, repito, o governo cedeu. Aquele reajuste, o reenquadramento da tabela que iria acontecer apenas no mês de outubro, segundo a palavra do próprio Secretário de Educação na Assembleia de vocês, passará a acontecer agora no mês de abril. Acho que isto é uma pequena vitória neste quadro difícil que atravessa a luta social no Paraná que deve ser comemorada por vocês como resultado da sua luta e não de uma coisa entregue gratuitamente, mais que isto, nós entendemos que é muito pouco e por isso os professores saberão organizar novas formas de luta para obter novos ganhos. Aachamos um absurdo que um professor tenha que lecionar 40 horas de aula, para poder sobreviver com um mínimo de dignidade, o professor da Universidade de Ponta Grossa dá 20 horas de aulas semanais e tenho 20 horas pagas de horário de atividades, os professores da rede estadual não têm isto. Isto é um absurdo, é como diz muito bem o Romeu, é um trabalho escravo porque é impossível estar numa sala de aula preparando se não tiver todo um trabalho por trás de cada hora de

aula que é dada e a cultura do país depende muito dessa hora/atividade, portanto vocês têm o nosso apoio irrestrito, nossa solidariedade, e a continuação desta luta a favor dos 50% da hora-atividade que vocês querem. Também sabemos a situação difícil por que passa o IPE, temos batalhado por isso, há alguns meses e não conseguimos ainda uma audiência com o Diretor do IPE mas essa luta também faz parte de uma reivindicação histórica dos professores e deve continuar e sem dúvida com a luta de vocês conquistaremos novas vitórias. Além disso, nós achamos que é um absurdo que o governo tire a regência. Entendíamos desde o ano passado que ouve a promessa do governo de instituir o piso salarial para a categoria, este piso não excluía a regência de classe, que é uma conquista histórica em função das condições insalubres e da diferença que existe entre os professores da sala de aula e o professor que está em outra atividade como professor. Portanto quero dizer, que vocês têm toda a razão para continuar lutando mas devem comemorar como uma conquista histórica da categoria este pequeno avanço que houve com a reintegração e o pagamento da tabela já a partir do mês de abril. Acho que isso passa a ser um exemplo, conheço a luta de várias diretorias da APP, e justamente no momento em que assume uma direção comprometida radicalmente com as lutas sociais dos professores, ela dá um exemplo da sua dignidade...

Quero saudar de braços abertos e dizer: que a Bancada do PT e a Comissão de Educação na Assembleia continua manifestando a sua solidariedade aos professores, estaremos sempre junto até que grandes vitórias sejam alcançadas, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Oradores inscritos no Pequeno Expediente, Jocelito Canto e Trevisan.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Professores do Paraná, nós queremos registrar nesta tarde em rápidas palavras, não querendo fazer média com os professores, mas registrar o compromisso nosso de campanha, como Deputado, antes mesmo de ingressarmos na política, de como Deputado eleito pela região dos Campos Gerais, pela nossa Ponta Grossa, em respeito a APP de Ponta Grossa, em respeito aos professores da nossa cidade e dos Campos Gerais e também de todo o Paraná, como Deputado, representante dessa região e como o ouvidor diário dos reclames dos professores, através do nosso programa diário de rádio, e sempre tomando decisões que partem sempre do nosso povo, que nos deu direito de ser Deputado, e ligado diretamente àquilo que quer hoje, o

magistério do Paraná, em respeito àqueles que diariamente sofrem nas salas de aula, em respeito ao meu professor, que foi um professor estadual no Rio Grande do Sul, e que graças a ele, posso dizer hoje que tenho uma boa educação, quero reafirmar diante de todos os professores, um compromisso nosso de campanha, e em respeito principalmente à opinião pública de Ponta Grossa, que nós consultamos todos os dias, no nosso programa de rádio.

A população de Ponta Grossa nos diz que nós devemos caminhar junto com os professores e sempre apoiar os professores, e é para isso que eu gostaria de deixar registrado nesta tarde, o nosso pedido ao Exmo. Senhor Governador do Estado, para que nunca cesse as negociações, que nunca pare as conversações, que os professores sejam ouvidos, que haja discussão e que se cumpra uma coisa que na campanha se viu.

Nós sabemos que na campanha passada os grandes cabos eleitorais da vitória do nosso Governador estão nas galerias deste Plenário hoje, são os Senhores Professores.

Que se respeite os professores e que se respeite a educação do Paraná.

Em nome de Ponta Grossa, em nome dos Campos Gerais, em nome de toda nossa valerosa Cidade de Ponta Grossa como Deputado eleito por aquela cidade e fazendo aquilo que o povo quer, e nós temos uma política diferente, é a política de diariamente estar na base, conversando com os Senhores ouvintes e nossos eleitores.

Mas para finalizar Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Jocelito se honra de ter tido um professor público na sua carreira e na sua vida, e por isso nunca trairá os professores do Paraná, muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trevisan com a palavra.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores Professores.

Tenho acompanhado nos últimos dias esse debate, as negociações a respeito da possível mensagem que o Governo do Estado vai enviar, ainda, hoje à Assembléia, o mais tardar amanhã cedo, que diz respeito a nova tabela de vencimentos do Magistério Público Estadual.

A Assembléia Legislativa, tem servido nos últimos meses e anos, muito bem a um dos seus principais papéis que é o de intermediar as discussões e os conflitos, que por ventura existam entre o Governo e setores da sociedade, notadamente do funcionalismo público.

E dentro dessa função, todos nós Deputados, temos participado no sentido de

ajudar, até comandados pelo Presidente Anibal Khury, no sentido de ajudar que esses conflitos tenham uma solução pacífica e de interesse de toda a nossa sociedade, especificamente a respeito do assunto que estamos, hoje, discutindo. Que é a nova tabela de vencimento dos professores e também outras reivindicações históricas de toda a classe do magistério público estadual e as posições que o governo vem assumindo perante elas.

E de fato, nós chegamos a algumas conclusões de que houve algumas incompreensões e alguns equívocos, na divulgação dessa tabela.

E acompanhando isso, nós procuramos vários Deputados, o Deputado Rossoni, o Deputado Beto Richa, o Deputado Algaci Túlio e o Deputado Péricles, que é o Presidente da Comissão de Educação e Cultura, e entramos realmente nesse debate no sentido de colaborar.

E no dia de ontem, tivemos uma reunião, acredito que praticamente, elucidativa e conclusiva, no Gabinete da Casa Civil, da Governadoria, vários Deputados presentes, três Secretário de Estado, o Secretário Giovanni Gionedis, o Secretário Ramiro, e o Secretário Stefanés Júnior e também representantes dos professores, na figura de seus dirigentes da APP Sindicato, Mário Romeu e outros membros.

E ontem foi, de certa forma, explicado algumas situações que acho compreendidas e ainda, que não representem a conquista do sonho definitivo dos professores, pode representar a solução desse problema que está na iminência de acontecer.

Ontem, foi reafirmado mais uma vez de maneira clara e já consta desta minuta, que é exatamente a cópia do projeto em que o governo vai enviar, ainda, hoje à Assembléia.

Eventualmente, se não for hoje, vai ser amanhã cedo, porque essa minuta final ela foi confeccionada com a ajuda dos próprios membros da APP Sindicato, a partir da proposta do governo e ela foi entregue ao Gabinete Civil, agora à tarde, à uma hora. Ela realmente, vai ter que ser refeita dentro dos termos sem mudar uma vírgula do que está aqui, para depois ser mandada à Assembléia.

Então, algumas questões que é importante esclarecer. Havia uma dúvida da data em que processaria o reenquadramento dos professores, na nova tabela.

O governo está criando uma nova tabela de vencimento, uma nova carreira na verdade para os professores, e ele vai precisar fazer um trabalho de reengenharia, pegar cada um dos professores na antiga tabela e colocar na nova tabela, dentro de uma posição da carreira.

Havia uma equivocada interpretação, de

que muitos professores estariam perdendo, porque nesta transposição eles não teriam aumento de salário nenhum. Isso já foi elucidado, já está claro inclusive na minuta. Os Professores do nível 1 e 2 passam para o 3, o 3 passa para o 4, o do 4 passa para o 5, o do 5 passa para o 6 e o nível 7, só vai ser possível atingirem, uma medida da data correta, outubro, que é a data dos reenquadramentos. Agora, esse reenquadramento que nós acabamos de anunciar aqui, ele é imediato com efeito valendo a partir já de abril. E isso vai importar na prática, um aumento salarial real, verdadeiro para todos os professores da ativa e da inativa.

Essa informação, nós não tínhamos há dias atrás, todos nós estávamos achando que alguns professores não teriam aumento algum, na verdade isso já foi explicado ontem, todos que estavam presentes entenderam e na verdade esse enquadramento, essa reengenharia, ela tem que ser muito bem feita.

Falo pela Liderança do PTB. Esse trabalho não pode ser feito, na medida em que coloca os Professores na nova tabela, numa posição de desvantagem, que pode ensejar centenas de ações trabalhistas pleiteando direitos. E por outro lado, o Estado não pode colocá-lo numa posição muito avançada que enseja uma não aprovação desta reclassificação pelo Tribunal de Contas, tem que ser feita na medida, no meio. E esta minuta, que é a cópia da mensagem, que vai vir aqui, hoje, que a APP já tem em mãos, ela fala muito claro, inclusive, tem um artigo específico que fala desse reenquadramento e garante que ele é para já. Não é para outubro, quando muitos pensavam que de fato iria ocorrer. E os efeitos dele, na folha de pagamento, ocorre já. Então, todos já estão sabendo, que este reenquadramento, essa nova tabela, vai importar diferente do que nós estávamos pensando, num aumento médio de 27%, na folha de pagamento dos Professores, o que representa um investimento de mais de treze milhões de reais na folha dos Professores. Nós falamos em investimento, porque todos nós entendemos que aquilo que se gasta com a educação, não é despesa, é investimento.

Outras informações importantes: questão como a incorporação da regência que muitos professores não concordaram. Há um entendimento por parte do governo de que muitos Professores ganham regências em estar em sala de aula, porque existe aquele mecanismo, só para explicar (via nas galerias)...só para explicar, que permite o Professor incorporar...

ram e, agora, o orador está dando uma explicação e vocês devem ouvi-lo com atenção.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Havia um entendimento de que muitos professores que haviam exercido atividades em sala de aula durante cinco anos alternados ou três anos ininterruptamente, já haviam incorporado a regência ao seu salário, o que fazia com que muitos professores, que ainda atualmente estivessem em sala de aula, fizessem jus ao recebimento desta regência. Então o Estado incorporou o salário para fazer valer a todos, mas garantiu o seguinte: que essa discussão a respeito de regência, hora-atividade, valor da hora-aula, ela vai fazer parte agora de uma agenda de debates, que vai ser comandada e executada pela APP - Sindicato, pelos Deputados, aqui da Casa, membros de educação e cultura e outros interessados nesta questão e, que a partir de agora, nós vamos procurar debater.

O que o governo está nos colocando e está nos afirmando, é de que ele está fazendo o possível neste momento, para atender as reivindicações dos professores. E que, por exemplo, o atendimento a essa hora-atividade, que o próprio secretário já me falou, que ele considera uma coisa importante. Nós também entendemos que é um período em que o Professor exerce as atividades ligadas ao ensino, mas não na escola, corrigindo provas e preparando aulas, e, isso, ele vê com bons olhos, mas esse momento, por exemplo, um atendimento de hora-atividade de 20%, importaria em mais 20% de novos professores, o que aumentaria mais o quadro e impediria ao governo de dar os aumentos àqueles que já compõem o quadro do magistério. Mas ele pretende, a partir de agora, estabelecer uma agenda firme de trabalho e que estes itens que são reivindicações históricas dos professores, passem a fazer parte do cotidiano das nossas discussões.

O mais importante, nesse momento, é saber realmente, que o reenquadramento, esse trabalho de pegar o pessoal da antiga tabela e colocar na nova, vai ser feito de uma nova forma. Uma conquista, como disse o Deputado Péricles, de todos vocês que se mobilizaram lutaram e que vai esse reenquadramento importar na prática, tanto para os da ativa, como para os da inativa, num aumento real de salário. Ninguém vai ter aumento zero, como nós estávamos achando para o pessoal do nível três, referência um, iria permanecer ganhando 253,17, não é verdadeiro. Na verdade todos vão ter o aumento. O aumento médio geral é de 27% e a despesa vai ser aumentada em mais de treze milhões, nos investimentos com pagamento com a folha de pessoal do magistério público estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Peço aos Professores, que se mantiveram tranquilos, calmos com os oradores que antecede-

Esta minuta aqui (mostra o papel) está na mão do Deputado, líder do governo, Al-gaci, está na mão do pessoal da APP, é a cópia do que vai ser enviado à Assem-bléia.

Falei, agora a pouco, com o Secretário Giovanni. Ele falou que está fazendo tudo para mandar ainda hoje. Se ele mandar, ainda hoje, vocês terão já uma cópia ca-rimbada de recebimento aqui da Assembléia e, amanhã, na Assembléia Geral, vocês po-derão discutir. Senão, fica valendo a mi-nuta, que claramente afirma o enquadramen-to imediato, dos efeitos a partir de abril e que foi confeccionada, a partir da reu-nião de ontem, com a colaboração do pró-prio pessoal da APP.

O nosso desejo, de todos os Deputados aqui, é de ter colaborado no sentido de evitar o mais traumático, que seria uma paralisação - o nosso desejo é de que se estabeleça harmonia, os professores pos-sam, ainda que não tenha tido nesse momen-to o atendimento do seu sonho final, da melhoria geral, total, definitiva, mas que se conscientizem de que foi dado um passo importante no sentido da melhoria, e que a partir de agora nós possamos estabelecer um canal permanente para podermos discutir também novos avanços salariais, e também essas reivindicações históricas que eu já citei aqui.

Eram essas as informações que eu gos-taria de passar a todos os professores no desejo de que esse impasse tenha uma solu-ção pacífica e os professores não necessi-tem dessa forma recorrer ao argumento da paralisação e possam continuar exercendo as suas atividades, na certeza de que nós vamos manter um canal permanente de nego-ciações para implementação de novos avan-ços salariais e para a conquista definiti-va dessas reivindicações históricas que fazem parte do rol das atividades da Re-presentação Sindical de vocês na APP Sin-dicato.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Gran-de Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, dirigentes da APP, Senhores Professores e Professoras, Presidente da OCEPAR, direto-res da OCEPAR.

Estamos no dia de hoje, e aqueles que aqui vêm pela primeira vez, testemunhando a esse Paraná que realmente esta Casa é uma Casa aonde o Senhor Presidente Anibal Khury, aonde essa Mesa Diretiva que ordena os trabalhos desta Assembléia e que repre-senta nós todos que nos assentamos neste Plenário, tem um único interesse; o inte-

resse é servir a família do Paraná.

Lembro-me, perfeitamente bem - Vereaa-dor que fui 2 vezes na minha cidade, Depu-tado pela terceira legislatura e tive a honra de ser Prefeito da minha querida Ponta Grossa - tenho a certeza absoluta, não na mensagem que o governo irá enviar a esta Casa, mas tenho a consciência tran-qüila que todos os Senhores Deputados ha-verão de dar à educação do Paraná o trata-mento que ela merece.

O governo que transitoriamente ocupa por 4 anos a função maior de dirigir o Es-tado tem, e eu tenho a convicção, porque em cada cidade que nós andávamos - e eu conversava com o Alborghetti ali em baixa voz - em cada cidade que nós chegávamos, onde estávamos, lá no meio do povo, o Jai-me Lerner, ele sempre visualizava e dava uma palavra em todos os quadrantes deste Paraná, que os professores teriam no seu governo aquilo que não tiveram nos gover-nos anteriores. Não dizendo com isso, que os governos anteriores não atenderam a educação - faltou realmente a aspiração maior, que era o entendimento que nesse governo, eu tenho certeza absoluta que vai haver.

O Presidente da APP e o Líder do go-verno aqui se encontram, haverão de se en-contrar durante toda a tarde até a hora da Assembléia no dia de amanhã. Se aqui nesta Casa, não vier realmente uma Mensagem do interesse da Educação do Estado, todos nós, tenham a certeza os Senhores, havere-mos de emendar essa Mensagem para que aquilo que realmente não seja do interesse da Educação do Paraná não seja aprovado nesta Casa.

Temos outra convicção, do outro lado, não existe adversário, aqui não existe partido político, aqui existe um Poder Le-gislativo que quer encontrar dentro dos caminhos que realmente são os interesses maiores daqueles que produzem, daqueles que trabalham, daqueles que contribuem, daqueles que educam e principalmente da-queles que representam todos esses segmen-tos da sociedade.

Cada um de nós aqui tem uma procuração de uma parcela da população do Paraná, ca-da um de nós aqui, o Presidente, os mem-bros da Executiva tem uma responsabilidade de representar essa parcela. Testemunhamos a OCEPAR aqui, um novo Presidente das Co-operativas do Estado, temos na nossa pessoa o Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, que briga pelos interesses do Sul. O Sul foi penalizado agora, saiu o Ministro que há muito tempo nós não possuíamos re-presentação na esfera Federal tão alta nesse Ministério, que era o Ministro José Eduardo... aí que vale a democracia, quem trabalha com a mão, quem está no campo sa-be que as conquistas do homem do campo fo-

ram encaminhadas parte delas, por esse atual Ministro, mas não foi completada a sua trajetória. A vaia vale, o aplauso também vale, mas o que vale mais é a consciência, nós que acompanhamos de perto a agricultura do nosso Estado, estaremos lá amanhã em Campo Grande, brigando com os quatro Estados do Sul, para que o Ministro continue sendo de um Estado produtivo, seja do Rio Grande, seja do Paraná, seja de Santa Catarina ou seja do Mato Grosso do Sul. Nós entendemos que o Sul do Brasil tem que ter a mão do Ministro principalmente nesse momento crítico que atravessa a agricultura na nossa Nação. Sabemos perfeitamente bem que aí nessa galeria, pode olhar professor, professora ao seu lado, você não encontra uma camisa, uma calça, um colarinho de gravata, ou mesmo um sapato igual. Cada um tem um pensamento, vale a vaia, vale o aplauso, mas vale a consciência daquilo que se faz e saber o que está fazendo. Eu sei que a educação, o Jaime Lerner vai fazer o que a APP deseja em nome de todos os senhores, e não daqueles poucos que vão até às vezes o Presidente da APP em diversas oportunidades, inclusive aqui nesse plenarinho, tinha gente que não concordava, tinha gente que realmente acreditava que ele até não estava brigando pela classe, e nós ali nos encontrávamos numa trincheira pequena, brigando por governos, por atenção do governo e por uma atenção maior a todos os senhores professores.

No dia de amanhã deveremos brigar mais ainda, não só na Vossa Assembléia, mas nesta Assembléia, dizia o Presidente que - se na Mensagem que aqui vier, não tiver os complementos, não dos senhores que aí estão, mas de muitos que aqui se encontram, que deram 30, 35 deram mais anos pela educação e já estão aposentados, e valem muito mais eles do que vocês, porque se não fossem eles, vocês e eu não existiria na educação. Valem os aposentados, valem os professores aposentados que fizeram os professores de hoje. Eu pergunto aos senhores, se não respeitarmos os aposentados, não respeita a sua família, a sua geração no emprego que possui, que educação você possui?

Eu respeito os aposentados. (Aplausos). Eu respeito. Eu quero que os direitos dos aposentados, as suas conquistas, a sua dedicação, a sua vida pela educação do Paraná seja respeitada. Conquistaram com trabalho, com dignidade, com sacrifício e com salário muito pior que o de hoje, conseguiram vencer nas suas vidas e, ofereceram aos senhores, às senhoras e a nós todos a formação intelectual que cada um de nós desfrutamos.

Por isso, Senhor Presidente, quando aqui nós nos encontramos eu digo de alta e

viva voz. Primeiro, respeitar as conquistas dos aposentados, como a APP está fazendo. Segundo, dar condições para vocês, sem melhor do que eles, e fazer aqui no Paraná aquilo que nós desejamos aos nossos filhos e as nossas gerações, um professor emancipado; um professor que não tenha cheque descoberto, cheque especial ou conta bancária encerrada; um professor que tenha dignidade e que dê sustento aos seus como nós desejamos aos nossos. Pela educação, principalmente por aquilo que nós poderemos fazer nesses próximos três anos de governo; pela APP que até agora não conseguiu o ideal, mas conseguiu aquilo que, muitos Deputados antes de mim falaram; pelo trabalho da APP, mesmo aqueles que não gostam deles, nesse instante eu reverencio que, a APP está em boas mãos e, vocês haverão de ver na sequência o atendimento do governo pelas reivindicações deste canal. Porque não é com baderna; não é com vaia, não é com aplausos, mas com com reforço à APP, eles haverão de negociar o que é melhor para nós, para o governo, para este Parlamento, para todo o Estado, e principalmente pela educação. Os nossos cumprimentos à Diretoria da APP; os nossos parabéns a vocês, a maioria e, não aquela minoria que não entende o trabalho da APP, mas que nós entendemos, e que todos os senhores haverão de ser beneficiados no dia de amanhã. À APP o nosso aplauso, o nosso reconhecimento e que, Deus ajude que o entendimento seja alcançado. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horários da Lideranças, Deputado Ângelo Vanhoni, com a palavra.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados, Caros Professores.

Deputado Luiz Carlos Zuk, acho que, se a gente for refletir o porquê que os professores hoje aqui neste recinto, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em algumas ocasiões, manifestam-se através da vaia tentando expressar alguma coisa, se nós formos fazer uma reflexão, Deputado Zuk, acho que nós vamos chegar ao seguinte entendimento: é porque os Professores não conseguiram entender até agora, passado um ano e meio, desde uma longa luta que os Professores do Estado do Paraná, tiveram, e eu lembro muito bem, porque naquela época eu não era Deputado, eu era apenas do sindicato dos bancários, e era o caminhar do sindicato da minha categoria que foi apedrejado pela Polícia Militar, quando os professores, aqui na frente desta praça, receberam por parte do governo, uma das atitudes mais cruéis que se pode ter cometido contra aqueles que querem educar os nossos filhos.



É de lá que vem essa luta. E, essa luta dos professores pela educação do Paraná, ela tem o emblema político hoje e os professores não estão conseguindo entender, Deputado Zuk, como mais ou menos acontece com o Governo Federal.

O Senhor falou muito bem. A mão espalmada para o homem do campo, para o homem simples, representa algo muito forte, representa muito forte.

O senhor sabe que um homem para cumprir um outro homem, para receber o outro, o primeiro gesto que temos é estender a mão e tem um homem, responsável pelos destinos deste País que foi para a televisão e estendeu a mão para a maioria do povo brasileiro, dizendo que a prioridade seria educação, combate à fome e à miséria, reforma agrária, estabilidade da economia e etc.

Passado todo esse tempo, a única coisa que esse homem não fez até agora foi atender aquilo que ele mesmo prometeu para o conjunto do povo brasileiro.

Os trabalhadores que acreditaram naquela promessa e que pensaram que aquilo poderia, de uma forma definitiva começar a resolver os seus problemas tão dramáticos, hoje estão banhando de sangue a terra do nosso país.

Os trabalhadores sem-terra não podem e a sociedade brasileira hoje já não aceita mais, não aceita mais o deslante e o descaso com que o governo federal vem tratando a educação pública no nosso país, vem tratando a questão da reforma agrária, tão fundamental para gerar emprego e desenvolver o nosso país construindo a paz no campo.

Foram destinados mais de 20 bilhões de reais para salvar o sistema financeiro do nosso país. Os banqueiros roubaram o dinheiro do povo e depois de 15 anos terem lucrado com a inflação e não tem um único banqueiro preso neste país e dinheiro público está sendo jogado para salvar a agiotagem do Banco Econômico, a agiotagem do Banco Nacional, a agiotagem dos grandes proprietários agrícolas que não pagam as suas dívidas ao Banco do Brasil e o custo disso, Deputado Zuk, está nos ombros dos professores e está na falta de perspectiva do trabalhador deste País.

Enquanto isso é preciso recuperar a capacidade de se indignar com o que está acontecendo no nosso país e aqui no nosso Estado também a mesma coisa.

Os professores estão aqui hoje como estiveram em outro momento, porque estão indignados e surpresos com uma postura de um governante como o Governador Jaime Lerner que assumiu um compromisso de honra e eu apoio este compromisso de honra do Senhor Governador, porque eu entendo diferente do Secretário de Educação do Estado

do Paraná, e a educação Deputado Luiz Carlos Zuk, não é simplesmente como o governo tenta parecer que é formar as pessoas para estarem inseridas no mercado de trabalho.

Não, para nós a educação tem uma missão muito maior do que isso. É a principal atividade de um governo e de uma sociedade, porque se trata da formação do homem na sua plenitude.

O trabalho é uma parte da nossa vida e a Secretaria de Educação, como bem falou o professor Romeu tem um entendimento que é o entendimento que este governo tem em relação às questões sociais, às questões fundamentais da vida humana, tem um entendimento do custo, da ótica do mercado e então se não dá lucro, nós temos que enxugar.

Educação como bem disse o Professor, educação é investimento. Se o Estado do Paraná decidir investir 40% da sua renda, 60, 70 ou 80% na educação, nós devemos aprovar.

Essa é a atividade que vai fazer com que o nosso país possa, num curto e médio espaço de tempo, recuperar a dignidade da Nação.

Os professores estão cansados. Há idosos, há professores que hoje já desiludidos da sua atividade, da sua vocação, daquela postura idealista de querer ensinar o conhecimento que a humanidade construiu para as novas gerações estão desiludidos, andam de cabeça baixa, andam de cabeça baixa e sabem por quê?

Não há reforma da educação neste país e o Ministro da Educação está profundamente errado, não haverá reforma profunda neste país, se não atender a dignidade da vida dos professores. Eles são a alma, são o centro, são o cérebro de um novo país. E o Governo do Estado do Paraná não pode entender a educação de outra maneira.

Não ia me manifestar, porque o companheiro nosso do Partido já tinha feito a manifestação em nome do nosso Partido, mas não posso entender como que o Governo do Estado pretende nesta proposta que veio a Assembléia Legislativa, no dia de hoje, retirar uma das coisas que é fundamental para os professores, o estímulo à regência de classe...

(Tumulto no Plenário).

Se nós queremos qualidade na educação, se nós queremos qualidade de vida para o povo do Paraná, utilizando a linguagem que o discurso oficial utiliza, Deputado Zuk, a sua bancada, a bancada que dá apoio ao Governo, vote conosco porque nós vamos fazer emenda garantindo a regência de classe, garantindo...

(Tumulto em Plenário).

Muito obrigado.

Aplausos.



O SR. LUIZ CARLOS ZUK - (Questão de Ordem)

Queria nesta questão de ordem, dizer que tudo o que o Deputado Ângelo Vanhoni proferiu em termos de Governo Federal, tem o endosso não só nosso, mas acredito que da maioria aqui nesta Casa.

Ninguém aqui concorda com o tratamento que foi dado, ou estão sendo dados lá, principalmente no Pará, para os sem-terra e para aqueles que necessitam realmente de uma melhor condição de vida.

O que nós falamos e continuamos afirmando é que o Governo Jaime Lerner irá mandar a esta Casa uma Mensagem de encontro com a aspiração da APP de todos os Senhores e nós NÃO ESTAREMOS VOTANDO com Ângelo Vanhoni, nós estaremos votando com a educação do Paraná por aquilo que é melhor aos nossos filhos e aos nossos professores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, para ocupar o espaço da nossa Liderança neste instante eu designo o Deputado Caíto Quintana para falar em nosso nome e em nome do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, Senhores dirigentes da APP, Senhoras e Senhores Professores, prezados companheiros.

Inicialmente agradeço a designação do nosso Líder, Deputado Toti Colaço, para usar o horário da Liderança e podermos falar nesta Assembléia num momento de suma importância para a afirmação parlamentar, até porque, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, não estamos votando hoje a mensagem do Governo. Estamos hoje fazendo uma confissão de fé ao magistério público do Estado do Paraná. Estamos aqui ouvindo as bancadas com assento nesta Casa, através dos seus membros e das suas lideranças e seguramente na próxima semana nós estaremos votando uma mensagem.

Espero que não seja necessário, Senhor Presidente, Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, espero que não tenhamos, como Partido de Oposição, de ocupar a tribuna para contestar dados ou para emendar valores. Espero e me comprometo, Deputado Toti Colaço, se designado por V.Exa. de subir à tribuna para parabenizar o governo, se ele for sensível a ponto de acatar aquilo que a classe dos professores e o seu sindicato está a cobrar no dia de hoje. Não poderíamos esperar atitude diferente de um governo que eu vi aplaudido quando foi mencionado que talvez o seu cabo eleitoral maior tenha sido os professores do Estado do Paraná. Nós do lado de cá, somos perdedores, nós do lado de cá somos capazes de

compreender o constrangimento da classe dos professores do Paraná, que um ano e pouco depois de comemorar a vitória do seu candidato tenha que estar presente na capital do Estado e nos núcleos do interior para sob pressão, conseguir aquilo que lhe foi prometido gratuitamente nas campanhas. Mas espero que não se maqueie a verdade, hoje ainda, ao meio dia, ouvi o Secretário de Educação numa entrevista no SBT, dizer que já foi concedido aos professores 74% de aumento, tive o cuidado de perguntar ao Presidente da APP se tinha existido eventualmente algum aumento que não tenha passado por esta Casa. Não existiu e não poderia existir. O aumento concedido: 25% em março e quando deste aumento em março, eu lembro que nós brigávamos aqui por aumentos maiores e ouvimos sistematicamente por parte da bancada de apoio ao governo, a declaração de que não se poderia corrigir em 90 dias aquilo que no passado não se fez, mas quase um ano e meio passou e depois aqueles 25%, apenas 10% foi dado aos professores.

Ouvi, Senhores Parlamentares, e nenhum de nós contestou, farta propaganda pelo rádio, jornal e televisão dizendo que a Campanha do Cidadão Nota 10 iria devolver para os funcionários públicos do Paraná, a dignidade salarial porque o aumento da arrecadação seria repassado para o aumento dos funcionários. Não vimos nada mais até hoje porque desde agosto não há aumento algum e o governo anuncia que a Campanha Cidadão Nota 10 tem trazido aumentos substanciais ao caixa do governo.

Quero portanto estar enganado, quero quando esta mensagem chegar aqui poder sentir que houve uma negociação plena porque, Mario Celso, a APP está negociando de uma forma adulta com o governo, sem exageros, sem manifestações radicais, está sentando na mesa, mostrando as suas necessidades, está dizendo ao primeiro instante, Senhores Deputados, que o piso nacional que foi dito de introdução no Estado do Paraná, não foi nada a mais nada menos do que a extinção nível A1 e B2. O aumento não pode ser somado à incorporação da regência de classe, não pode se dar como índice de aumento ao professor aquilo que ele já tinha pelo privilégio de poder estar na classe de aula. A1 e B2 entre ativos e aposentados 6, 5 a 7 mil professores.

• Quadro geral do Estado 60.000 professores, portanto este aumento que se considera o quadro A1 e B2 não serve para o professor da atividade do Estado do Paraná, outros Estados estão brigando para sair do piso nacional, nós estamos entrando no piso nacional mas quero que entendam os partidos de apoio ao governo que a nossa manifestação é para nos somarmos à

pressão nós que tantas vezes sentimos esta pressão sustentada pelos Deputados que estão do lado de lá que no dia de hoje nos somemos todos cada um de nós já passou pela experiência de estar no governo, nós já fomos cobrados e estamos cobrando agora, se temos a mesma consciência de que a maior luz que pode-se dar a uma população é a educação, pois vamos fazer força nela, vamos deixar desta história de Universidade das Américas, de Universidade do Campo, de Faxinal do Céu privatizada e vamos dar aumento real a quem efetivamente está na sala de aula.

Esta expectativa, esta esperança que nós Deputados da Oposição temos, Senhores Deputados em defesa do governo, que nós possamos fazer uma grande festa, efetivamente após um ano e meio, o governo realmente consiga dar ao seu maior eleitor, a retribuição, o reconhecimento, o incentivo e a valorização da sua carreira.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Apenas quero transmitir uma mensagem da direção da APP e Sindicato dos Professores, os dirigentes da APP estão convidando os professores para uma Assembléia, agora na frente aqui da Assembléia Legislativa, uma reunião para discutir a proposta do governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra. PSDB. PFL. PPB. Liderança do Governo. Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não ia me pronunciar porque nós participamos junto com o Líder do Governo e alguns Deputados das negociações com os professores. Mas como não sou um Deputado que aceito a demagogia barata, a demagogia fácil. Quero dizer aqui, aos Senhores Professores.

Em todas as reuniões que tenho participado com a S.Exa. o Governador do Estado, a grande preocupação do Governador Jaime Lerner, é recuperar a dignidade dos professores do Paraná.

E tenho certeza, que ao encerrar este governo junto com o Governador Jaime Lerner, os professores do Paraná se sentirão orgulhosos de trabalharem como professores neste Estado.

Mas quero deixar claro aqui a minha posição, quando vejo o Deputado representante Líder do PMDB, que fez aqui um discurso em alto e bom som.

Se tivessem a verdadeira vergonha do jeito que deixaram o ensino do Paraná, eles não se pronunciavam, porque nós do PDT não podemos aceitar da maneira com que nos entregaram a educação do Paraná.

Tenho certeza absoluta, como Líder do PDT, eu assumo aqui um compromisso, já assumido pelo Governador. Nós queremos a dignidade, a hombridade para entregar uma educação do Paraná ao próximo Governador diferente, e não estaremos aqui como o Líder do PMDB, fazendo um discurso fácil, e achando que eles não fizeram o grande mal à educação do Paraná. Eles têm que assumir isto e nós vamos recuperar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Líder do Governo.

O SR. ALGACI TULIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que neste momento, nós devemos deixar a emoção de lado, e tratarmos das coisas sérias e séria é a educação, com a razão.

Ouvimos aqui, Srs. Parlamentares se posicionarem, cada um dentro da sua ótica, da sua maneira de pensar, do seu posicionamento político, o que é tudo correto, nada diferente do que acontece em qualquer Parlamento. Nós do lado de cá, os outros do lado de lá, não modifica nada.

Acho que nós estamos apenas, talvez criando uma expectativa, quando nós todos já sabemos que há uma proposta governamental, há um interesse do Governo do Estado, encontrar os caminhos para recuperarmos a educação do Estado do Paraná.

E esta proposta tem sido acompanhada, e olha, com muita presença da nossa APP Sindicato, a quem nós louvamos neste momento a maneira como tem sentado, Sr. Presidente, com o Governo do Estado.

Há três dias estamos sentados discutindo, analisando, anteontem, ontem.

Já na semana passada eu antecipava ao Mário Sérgio, vai haver uma mudança. Houve uma precipitação e o governo não nega, que precipitou-se na elaboração da tabela, em alguns esclarecimentos, que ficou vago para a comunidade da Educação, nunca negamos isso.

Mas, também reconhecemos o direito de refazer todo um trabalho de chamar a APP para sentar à mesa, com o Secretário da Casa Civil, Giovani Gionedis, com o Secretário da Educação, Ramiro Wahrhaftig, com o Secretário da Administração, Reinold Stefanos e com a APP Sindicato, com vários Deputados de vários Partidos.

Acho que nós estamos mudando a maneira de agir neste Paraná.

Em governos passados, sequer, Oposição tinha assento ao Palácio Iguaçu a qualquer das discussões.

Testemunha aqui, peço do Deputado Péricles, esteve conosco lá, ontem à noite. Hoje, pela manhã, a APP Sindicato praticamente pelas mãos da APP Sindicato, de qua-

tro dos seus integrantes, fez-se esta minuta da mensagem do governo.

Tenho certeza, que o Sindicato não quer trabalhar contra os professores.

Evidentemente, que a minuta que está aqui, ainda, não é em todos nós, reconhecemos do agrado dos professores. Quisera eu, poder chegar aqui e dizer: "Atendemos 100%".

Mas, todos sabem, há uma série de problemas, que o diga a Oposição, hoje, que ontem era situação, a dificuldade que tem de caixa o Governo do Estado e todos os Governos.

Recentemente, esteve aqui o Prefeito do PT, de Londrina veio pedir ajuda ao governo para poder salvar a sua folha de pagamento. E assim está acontecendo no País inteiro, minha gente!

O que o Governador, quer Srs. Professores é poder cumprir com o compromisso de pagar em dia os professores. Não quer assinalar, não quer dar uma posição lá, na frente que possa depois não cumprir.

Tenho certeza, que até o final da tarde me comprometi com a APP Sindicato, eu vim agora a pouco da Casa Civil, eu estava com o Governador em Campo Largo, numa reabertura de uma grande empresa. O Governador, retornou, agora há pouco e está neste momento com o Chefe da Casa Civil, passando um olhar na Mensagem, e preparando a assinatura para mandar para a Assembléia.

Se ela não for protocolada em tempo, ainda hoje, eu já garanti ao Mário Sérgio, que para a Assembléia de amanhã, a categoria vai ter em mãos, a Mensagem assinada pelo Governador para analisar com toda a profundidade que tiver necessidade para que nós possamos depois aqui na Assembléia, aprovarmos, se for necessário, não posso me comprometer. Mas se for necessário, mais uma vez voltar para a conversação com o Chefe da Casa Civil, com o Secretário da Educação, para encontrarmos um denominador comum.

O que existe na verdade, é uma boa vontade de todos nós de encontrarmos um caminho ideal para que possamos atender as suas reivindicações.

Peço apenas paciência, e peço até que acreditem no Governador.

Nós queremos achar, a melhor solução para a nossa educação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 039/96, subscrita pelo Senhor Governador do Esta-

do, constante do expediente, encaminhando projeto de lei, que visa dotar o Estado do Paraná de instrumento capaz de gerar recursos adicionais necessários para alavancar os investimentos públicos no âmbito de nosso território. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/96, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Fundação Júlio Moreira, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 03, de 26.02.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 002/96

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Júlio Moreira, em Curitiba.

Analisando o aspecto legal, constitucional, nada foi encontrado que pudesse impedir sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

#### ITEM 02

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 014/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense dos Autistas - AMA, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 03, de 26.02.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 014/96

##### P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Maringaense dos Autistas - AMA.

Pretende-se com tal propositura beneficiar uma entidade cujo objetivo é de caráter assistencial, social e educacional, de grande importância para a comunidade.

Analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, verificou-se estarem cumpridos todos os requisitos exigidos por lei.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PASÍLIO ZANUSSO - Relator

#### ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/96, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaíra, com sede e foro naquele Município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 04, de 27.02.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 019/96

##### P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaíra.

Pretende-se com tal propositura beneficiar uma entidade cujo objetivo é atender a criança em todas as áreas, através de um trabalho de orientação e apoio às mães carentes.

Analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, verificou-se estarem cumpridos todos os requisitos exigidos pela lei.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/96, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Braganey. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 04, de 27.02.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 020/96

##### P A R E C E R:

Estando de acordo com a Lei nº 6.994/78, o referido Projeto de Lei nº 020/96, de autoria do nobre Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da Cidade de Braganey preencherá uma lacuna que ajudará a entidade no seu funcionamento e atendimento àqueles portadores de deficiência que tan-

to necessitam de iniciativas como esta.

Sala das Comissões, em 17.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos Setor Itamarines, de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 05, de 28.02.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 29/96

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos Setor Itamarines, com sede e foro em Curitiba.

Da análise do referido projeto e analisando a Lei nº 6.994/78 que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública, onde cumpriu todos os requisitos, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos nºs 1115, 1118, 1120 e 1123, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1114, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1116, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1117, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Mil-tinho Puppio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1119, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1122, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1124, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento n° 1125, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1126, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1127, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1131 e 1132, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discu-

tir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 002, 014, 019, 020 e 029/96.

Levanta-se a sessão.